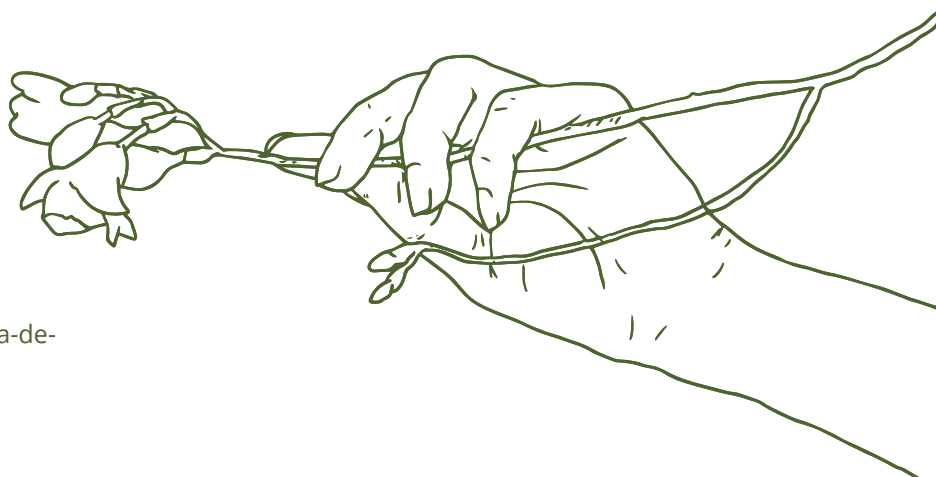


MANIFESTO PELO CERRADO



A posição estratégica do Cerrado para a economia brasileira desperta a atenção pelas importantes contribuições do bioma para a manutenção de serviços ecossistêmicos de relevância global, como a regulação do clima, a conservação da biodiversidade, a provisão de água e energia, e a oferta de alimentos. O Cerrado responde hoje por 45%^[1] da produção agrícola anual no Brasil (soja, milho, algodão, cana-de-açúcar), mas a expansão do agronegócio pelo bioma contribuiu para que metade do Cerrado já tenha sido desmatado.

Em 2018, organizações da sociedade civil com forte atuação no Bioma Cerrado* construíram o documento Estratégias Políticas para o Cerrado com recomendações às candidaturas à Presidência da República. Infelizmente, nos últimos anos houve um enorme retrocesso nas políticas públicas socioambientais e diversas das ameaças ao bioma e a seus povos foram agravadas.

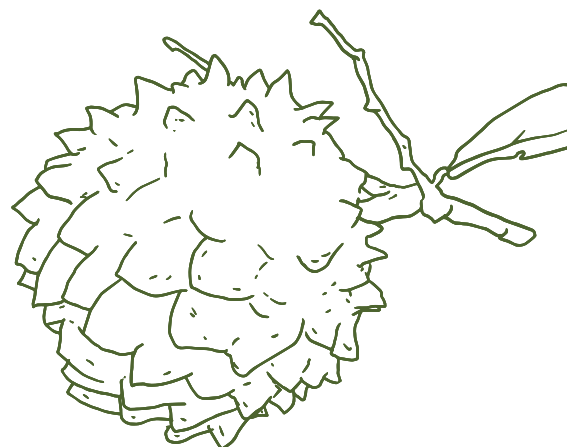


[1] <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1124106/dinamica-agricola-no-cerrado-analises-e-projecoes>

Neste momento em que passamos novamente por eleições presidenciais, as organizações que compõem a Rede Cerrado reapresentam diversas das propostas de 2018 e incluem novas, visando garantir a retomada de ações de proteção do bioma e seus povos, e dialogar com as novas ameaças que emergiram destes quatro anos de pandemia e de governo genocida.

O bioma desempenha papel chave na proteção dos recursos hídricos, abrigando oito das doze regiões hidrográficas brasileiras, abastecendo seis das oito grandes bacias hidrográficas (Amazonas, Tocantins-Araguaia, Nordeste do Atlântico Ocidental, Parnaíba, São Francisco, Atlântico Leste, Paraná e Paraguai), além de que nele localizam-se três dos principais aquíferos do país: Urucuia, Bambuí e Guarani.

A rápida expansão da fronteira agrícola tem gerado ainda inúmeras situações de conflitos envolvendo o acesso e posse dos territórios de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, assim como o acesso à água. Em 2022, o Global Forest Watch apontou o Brasil como o país campeão de desmatamento no mundo tropical, respondendo sozinho por 41% de tudo o que se perdeu de vegetação nativa primária [2]. Mais de 50% do Cerrado já foi convertido, principalmente para pasto (54%) e agricultura (27%)

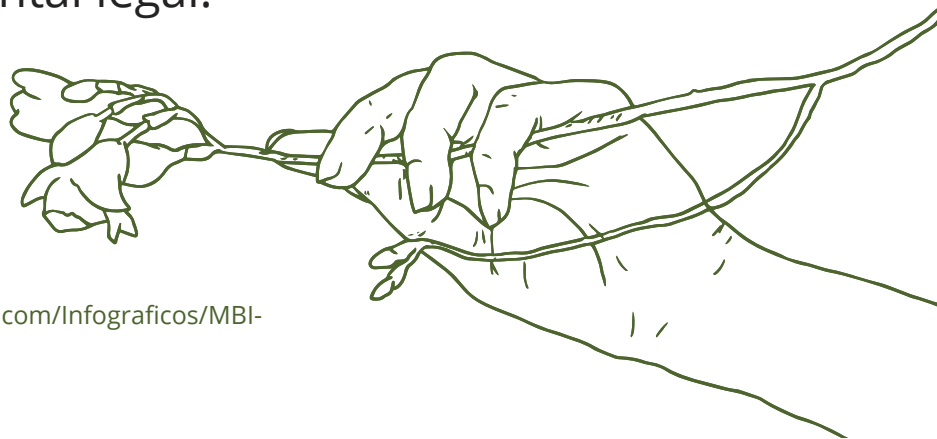


[2] Global Forest Watch, Forest Pulse 2021. Disponível em <https://research.wri.org/gfr/global-forest-review>.

Grande parte do desmatamento que ocorre no Cerrado, 98%, possui algum tipo de ilegalidade, como a ausência de autorização dos órgãos ambientais responsáveis. Em outros tantos casos, a autorização é concedida, mas com graves violações de direitos e da legislação ambiental. Algumas autorizações se dão em áreas sensíveis em termos hídricos e de biodiversidade, e em conflito com comunidades que já ocupam a região.

O desmatamento e a degradação ambiental no uso da terra do Cerrado já tem reflexo na diminuição da oferta da água doce limpa deste bioma. Pesquisas apontam que já houve diminuição da vazão dos rios, especialmente nos períodos secos, e modificação do regime de chuvas, provocando crises de disponibilidade da água para irrigação, abastecimento humano e animal, industrial, geração de energia, aquicultura, navegação, turismo e lazer, além de prejudicar a produtividade agrícola em muitas partes do bioma.

Os maiores remanescentes de vegetação nativa do Cerrado (53,1%, de acordo com o Mapbiomas)[3] estão na região conhecida como MATOPIBA, que compreende as áreas do bioma nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e da Bahia. A maior parte desses remanescentes encontra-se em Territórios Tradicionais, propriedades particulares ou em terras devolutas, áreas, muitas vezes, sem qualquer tipo de proteção ambiental legal.



[3] <https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Infograficos/MBI-Infografico-7.0-BR-cerrado-rev2.jpg>

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC/MMA) apesar de sua tamanha importância, apenas 8,7% do bioma está protegido sob forma de unidades de conservação, sendo 3,2% do Grupo de Proteção Integral e 5,5% de Uso Sustentável. De acordo com as Metas de Aichi da Convenção de Diversidade Biológica da ONU, pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos deveriam estar protegidas até 2020.[4]

A manutenção do Cerrado não depende apenas da efetividade das áreas protegidas e do cumprimento da legislação ambiental. A Lei Federal de Proteção de Vegetação Nativa (nº 12.651/12), também conhecida como código florestal, permite que a maior parte do bioma ainda possa ser desmatada, 44 milhões de hectares de vegetação nativa de Cerrado estão vulneráveis por estarem em áreas privadas e sem proteção legal. Segundo dados Geolab-ESALQ/USP e Imaflora (2017), levando em consideração o que essa lei exige, o Cerrado possui ainda um déficit total de aproximadamente 6 milhões de hectares, sendo 1,8 milhão de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e 4,2 milhões de área de Reserva Legal (RL).

Desta forma, além da necessidade de conservação, a restauração da vegetação nativa em áreas degradadas do Cerrado se faz urgente, em especial nas APPs pela proteção às águas. O setor do agronegócio e o mercado consumidor de commodities

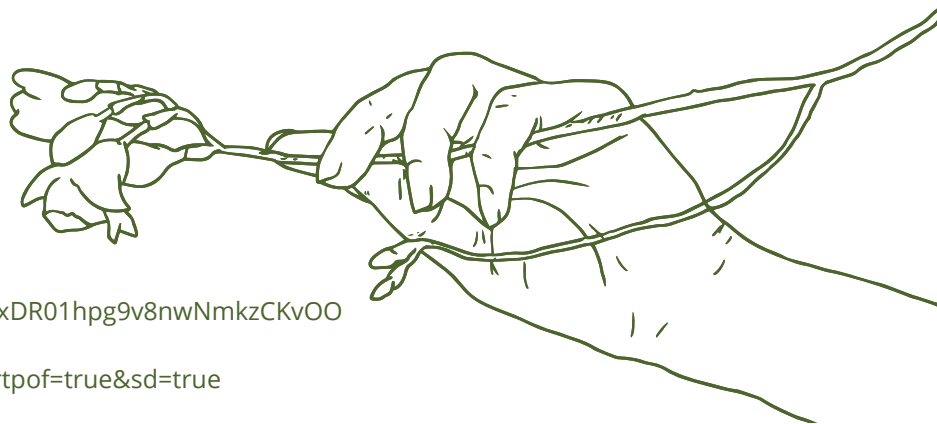


[4] <https://ispn.org.br/recomendacoes-politicas-para-a-conservacao-do-cerrado/>

precisam, junto com demais organizações da agenda da restauração ecológica, inovar e criar compromissos robustos que possam permitir a continuidade do bioma e seus ciclos ecossistêmicos. Aliado aos benefícios ambientais, a recuperação do Cerrado deve fomentar uma cadeia de valor da restauração, criando empregos e gerando renda para trabalhadores rurais e comunidades locais.

No bioma Cerrado, o papel de povos e comunidades tradicionais na conservação é essencial. São eles os maiores guardiões de extensas áreas de Cerrado. Ao praticarem seus sistemas produtivos tradicionais, que são integrados ao extrativismo de produtos do Cerrado e à conservação, geraizeiros, quebradeiras de coco, pescadores, produzem alimentos, reproduzem sua cultura e protegem o bioma. As Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Assentamentos Diferenciados, Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável localizadas no bioma, ocupam ao todo 6,3 milhões hectares, dos quais 73% é classificado como vegetação nativa remanescente (MapBiomas, 2021).[5]

O melhor aproveitamento de áreas já desmatadas, a recuperação de pastagens degradadas e a disseminação de agricultura de baixo carbono são caminhos para assegurar os ganhos de produtividade do setor agrícola e a conservação das áreas remanescentes de Cerrado.



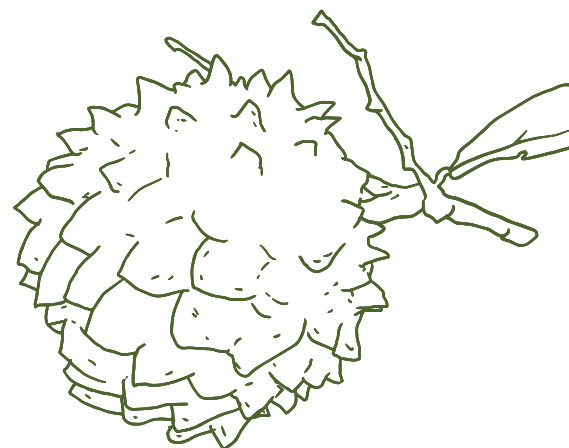
[5]

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ltN9xDR01hpg9v8nwNmkzCKvOOX_dHwZ/edit?usp=sharing&ouid=104092811738567145251&rtpof=true&sd=true

Uma pesquisa de 2018 mostrou que há 7,7 milhões de hectares de pastagens com algum grau de degradação, mas com alta aptidão agrícola e sem restrição ao cultivo de grãos no Cerrado [6]. Essa é uma área comparável ao tamanho do Panamá ou da Escócia, e mostra que a produção agrícola e pecuária pode expandir sem destruir a vegetação nativa, se fizermos um uso mais eficiente e produtivo das áreas já abertas.

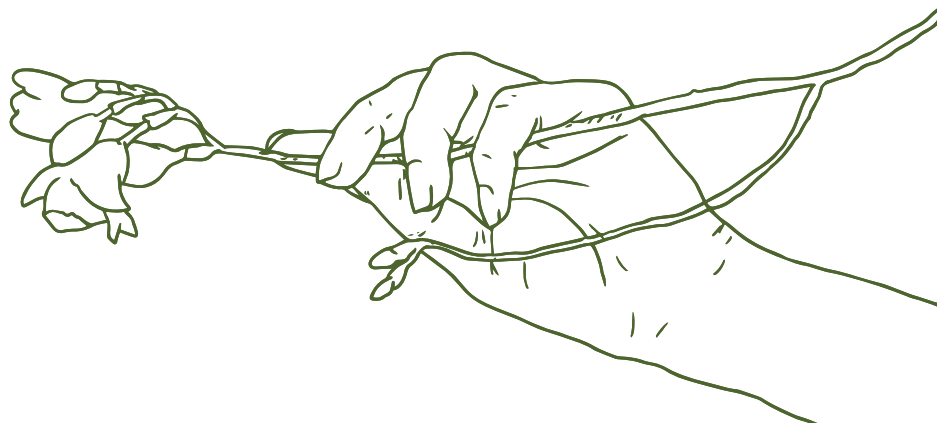
Para atender a esta urgente demanda que afeta a sociedade como um todo, e não apenas aqueles que vivem e produzem no Cerrado, a sociedade e os tomadores de decisão precisam se conscientizar do problema e começar a agir. **São propostas desse coletivo:**

- *Promover a demarcação e homologação de Terras Indígenas; titulação de Territórios Quilombolas e garantir os direitos territoriais de Povos e Comunidades com regularização fundiária e outros mecanismos existentes, como Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Concessões de Direito Real de Uso, dentre outros;*
- *Realizar a regularização fundiária e a estruturação de Unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável, bem como a criação de novas áreas protegidas;*



- *Retomar e ampliar a Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas, implementar a política de gestão de Territórios Quilombolas, construir política e ações para a gestão ambiental de Territórios Tradicionais;*
- *Consolidar a Política Nacional de Manejo Integrado e Adaptativo, Prevenção e Controle do Fogo, em diálogo com comunidades e conhecimentos tradicionais sobre o uso do fogo;*
- *Instituir zonas de amortecimento de áreas protegidas e de Territórios Tradicionais livres de agrotóxicos e transgênicos;*
- *Aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que consideram o Cerrado e a Caatinga como patrimônios nacionais;*
- *Zerar o desmatamento, seja legal ou ilegal;*
- *Promover a recuperação de áreas degradadas por meio da restauração ecológica inclusiva do Cerrado, com geração de benefícios ambientais, sociais e econômicos, tendo como meta restaurar vegetação nativa em área total de 6 milhões de*

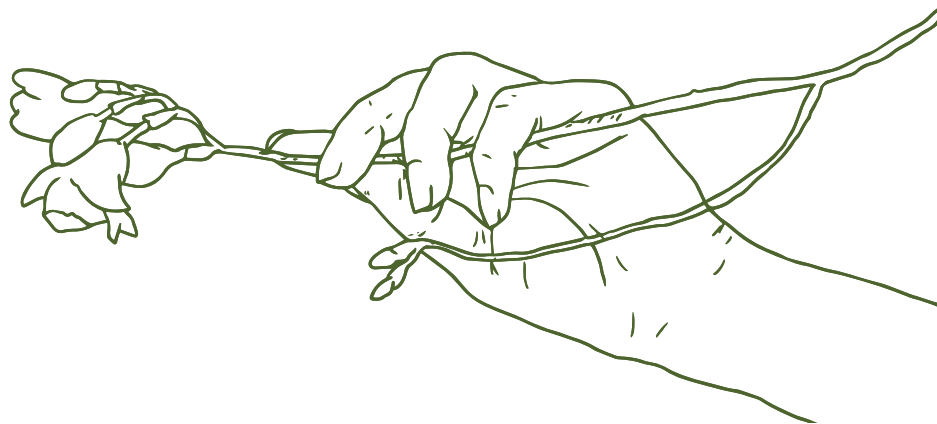
*hectares para
APP e RL no
bioma até
2030(?)*



- *Aplicar condicionantes e indicadores de sustentabilidade socioambiental para todas as linhas de crédito do Plano Safra, criando condições de financiamento mais atrativas;*
- *Estimular a conservação de ativos florestais em propriedades privadas;*
- *Implementar programa de redução do uso de agrotóxicos e rever liberações realizadas nos últimos anos;*
- *Aumentar a fiscalização, o controle e a transparência de informações em relação às outorgas de uso da água superficial e subterrânea, as autorizações de desmatamento, o Cadastro Ambiental Rural, dentre outros;*
- *Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural para o desenvolvimento rural e agroextrativista sustentável, fortalecendo a participação dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares;*
- *Superar os entraves regulatórios nos campos sanitário, fiscal e ambiental à produção e à comercialização de produtos da sociobiodiversidade;*



- *Revitalizar e garantir orçamento para os programas de compras públicas e de formação de estoque, como o Programa Alimenta Brasil (antigo Programa de Aquisição de Alimentos) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, com ampliação de produtos da sociobiodiversidade na Política Geral de Preços Mínimos;*
- *Defender e garantir a permanência do Brasil como signatário da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e reconhecer os Protocolos Comunitários de Consulta Livre, Prévia e Informada, construídos de modo autônomo e independente pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, como instrumento legítimo de aplicação e salvaguarda das garantias supralegais instituídas nessa Convenção;*
- *Ampliar e fortalecer os programas de proteção, órgãos de defesa, acolhimento e encaminhamento de denúncias de violência oriundas de conflitos agrários, a exemplo dos Centros de Referência de Cidadania e do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos;*



- *Fomentar a pesquisa e as inovações sobre produtos, empreendimentos comunitários e sistemas produtivos sustentáveis do Cerrado, garantindo a efetiva repartição de benefícios provenientes da exploração econômica a partir do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;*
- *Reconhecer os sistemas agrícolas tradicionais dos agricultores familiares, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais como patrimônio cultural imaterial brasileiro;*
- *Estimular a Economia da Sociobiodiversidade no Cerrado, estruturando cadeias de valor sustentáveis que mantêm o Cerrado em pé;*
- *Incluir nas estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os dados demográficos, econômicos e sociais específicos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais;*
- *Aumentar a ambição da NDC Brasileira e o protagonismo das ações no Cerrado na redução de emissões de gases de efeito estufa emitidos a partir da destruição do bioma.*



- *Assegurar a composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins, seu bom funcionamento e o dos comitês da bacia do São Francisco e Paranaíba, com ampla participação e representatividade de povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais do Cerrado em programas de revitalização.*
- *Retomar e fortalecer o Planos de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento no Cerrado - PPCerrado, bem como integrar a NDC à políticas setoriais, dentre elas o Plano Nacional sobre Mudança do Clima.*
- *Promover ações de adaptação aos efeitos da mudança climática, integrando soluções baseadas na natureza e com ampla participação e co-criação com a sociedade civil, em especial, PIs e PCTs.*

